

Relatório Anual 2016



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Osvaldo Pereira Caproni
Presidente

Jesus Bacani
Vice-Presidente

Encarnação Manzano
Secretária

CONSELHEIROS

Alcione Luiz de Oliveira
Paulo Cesar da Silva
Sergio Aparecido Isola

DIRETORIA EXECUTIVA

Osvaldo Pereira Caproni
Diretor Presidente

Jesus Bacani
Diretor Operacional

Encarnação Manzano
Diretora Administrativa

CONSELHO FISCAL EFETIVOS

Idineu Possoni Júnior
Antônio Carlos de Moraes
Ivo Ferreira de Lima

SUPLENTE

Everton Brandt Uyemura
Luiz Capela
Saulo de Tarso Pereira

ÍNDICE

<i>Mensagem do Conselho.....</i>	<i>03</i>
<i>Gráficos.....</i>	<i>07</i>
<i>Demonstrações Contábeis.....</i>	<i>10</i>
<i>Relatório Administrativo.....</i>	<i>11</i>
<i>Balanco Patrimonial (ativo e passivo).....</i>	<i>12</i>
<i>DSP.....</i>	<i>12</i>
<i>DMPL.....</i>	<i>13</i>
<i>DFC.....</i>	<i>13</i>
<i>Notas explicativas.....</i>	<i>14</i>
<i>Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital.....</i>	<i>21</i>
<i>Relatório de Auditoria.....</i>	<i>24</i>
<i>Parecer Conselho Fiscal.....</i>	<i>25</i>

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezado (a) Cooperado (a),

Em 2001, um grupo organizou-se sob a coordenação do atual presidente, Osvaldo Pereira Caproni, para dar início a um projeto que culminou, em 2002, com a constituição do, hoje, Sicoob Credlíder. Em 2003, o Banco Central do Brasil autorizou o seu funcionamento como Cooperativa de Crédito Rural.

Com base na Resolução N. 4.434/2015, foram realizadas as adequações e alterações estatutárias que possibilitariam a mudança de categoria da cooperativa.

Em 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a transformação da então Cooperativa de Crédito Rural para Cooperativa de Livre Admissão de Associados, assim como a alteração do nome para Cooperativa de Crédito Credlíder – Sicoob Credlíder. No mesmo ano o Banco Central autorizou por meio do Ofício nº 23880/2016, o seu funcionamento como Cooperativa de Livre Admissão de Associados.

Desde o seu nascimento, o Sicoob Credlíder, vem desempenhando seu papel, de maneira extraordinária, oferecendo atendimento personalizado em horário compatível com as necessidades dos associados, consagrando-se como uma cooperativa sólida e firme que fortalece a cada ano a família cooperativista. Proporciona, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, apoiando e aprimorando a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos.

A forma de atendimento constitui-se em diferencial e atrai associados também diferenciados pela adoção de um sistema cooperativo focado na essência que deve permear o trabalho cooperativo, sempre imune aos efeitos de inseguranças econômicas presentes no cenário brasileiro.

Sem fins lucrativos, o SICOOB CREDLÍDER fortalece o seu objetivo social e econômico, contribuindo com o desenvolvimento local e regional.

A reestruturação realizada no último biênio possibilitou maior eficiência e produtividade nos negócios que pode ser comprovada pelos resultados obtidos em 2016 (R\$1.341.327).

A transparência de sua gestão, possibilita boas práticas e atendimento a sugestões dos associados pela sua proximidade com a diretoria, sempre presente e atuante.

Os diretores e conselheiros acreditam que a partir das prerrogativas concedidas pelo Banco Central, na nova categoria conquistada, o Sicoob Credlíder vislumbra novas expectativas, próprias dos que buscam permanentemente o caminho do sucesso.

"Diretoria Executiva e Conselho de Administração".

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER – SICOOB CREDLÍDER

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Cooperativa de Crédito Credlíder – Sicoob Credlíder, CNPJ: 05.463.934/0001-83, NIRE: 35400070781, no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, convoca os Associados, que nesta data são de número 1388 (um mil trezentos e oitenta e oito) em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na Rua São Paulo nº 3069, na cidade de Votuporanga no Estado de São Paulo, CEP: 15.500-010, no dia 25/04/2017, às 08h00, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Associados, em primeira convocação; às 09h00, com a presença de metade mais um dos Associados, em segunda convocação; às 10h00, com a presença de no mínimo 10 (dez) Associados em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

1. Prestação de contas do exercício de 2016;
2. Destinação das sobras apuradas e a fórmula de cálculo;
3. Fixação do valor dos honorários, gratificações dos ocupantes dos cargos executivos e cédulas de presença dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
4. Aprovação da Política de Sucessão de Administradores nos termos da Resolução CMN nº 4.538 de 24 de novembro de 2016;
5. Outros assuntos de interesse social.

Observações:

1. Em atendimento ao Inciso II, § 1º, do Artigo 44 do Estatuto Social, o representante de pessoa jurídica e inventariante, para participação e votação na Assembleia, deverá apresentar documento comprobatório da representatividade.

2. Com objetivo de garantir ampla possibilidade de participação nesta Assembleia Geral, serão disponibilizados meios de transporte aos associados residentes a mais de 50 km da sede. Os interessados deverão entrar em contato com os funcionários dos PA's – Posto de Atendimento Cooperativo até o dia 14/04/2017.

Votuporanga, 12 de abril de 2017.



Osvaldo Pereira Caproni
Diretor Presidente

CONHECENDO O SICOOB CREDLÍDER

Postos de atendimento - PA:

- Votuporanga
- Valentin Gentil
- General Salgado



Visão

Ser a melhor opção financeira para os associados e fortalecer o espírito cooperativista.

Missão

Oferecer serviços de qualidade atendendo as necessidades dos associados participando do desenvolvimento local e regional.

Valores

- I. Gestão participativa e transparente;
- II. Ética;
- III. Compromisso com o desenvolvimento da comunidade;
- IV. Compromisso com a solidez do negócio;
- V. Educação financeira e inclusão social;
- VI. Comprometimento com a excelência ao associado e especialização no atendimento ao associado;
- VII. Inovação.

BALANÇO SOCIAL

CIRCUITO SESCOOP/SP DE CULTURA

Em 2016 o Circuito SESCOOP de Cultura apoiado pelas cooperativas Sicoob CredlÍder e Coacavo apresentou em Votuporanga no FLIV – Festival Literário de Votuporanga, o espetáculo “Palavra de Mulher” trazendo em seu elenco grandes nomes do teatro, como Célia Regina Cruz, Tania Alves e Virgínia Rosa, uma noite de grande sucesso, com entrada gratuita no dia 27/10/2016.



DIA C

O Dia C, em 2016, teve como objetivo promover e estimular a integração das ações voluntárias de cooperados, colaboradores e familiares em um grande movimento de solidariedade cooperativista. Desenvolveu um elenco de ações, em forma de projetos, atividades e iniciativas, demonstrando a capacidade e o empenho do setor em promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de forma sustentável.

O Sicoob CredlÍder, com apoio da cooperativa Coacavo, promoveu arrecadação de alimentos não perecíveis nos supermercados da cidade, com grande sensibilização do público. Os alimentos, cerca de 3 mil quilos, foram doados para três instituições da cidade de Votuporanga, sendo duas creches e um asilo.



CAMINHADA PASSOS QUE SALVAM

Em novembro de 2016, o Sicoob CredlÍder participou com muita satisfação da “Caminhada Passos que Salvam” em prol do Hospital do Câncer de Barretos. Os fundos arrecadados são aplicados no auxílio de tratamento de crianças e adolescentes com câncer.

A Caminhada tem o intuito de conscientizar as pessoas sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil, tendo em vista que quanto mais cedo o diagnóstico, maiores são as chances de eficácia no tratamento.

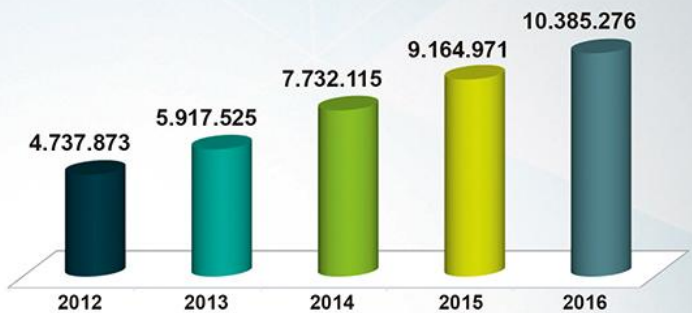


DESEMPENHO SICOOB CREDLÍDER

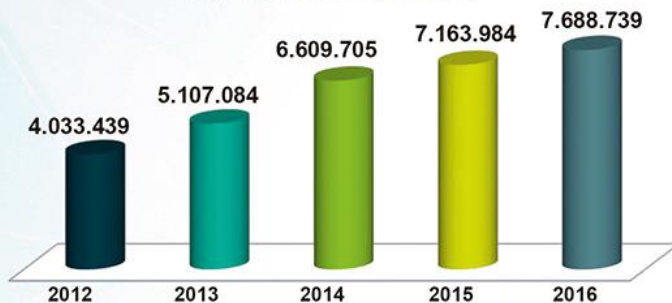
Ativos (Em reais)



Patrimônio Líquido (Em reais)



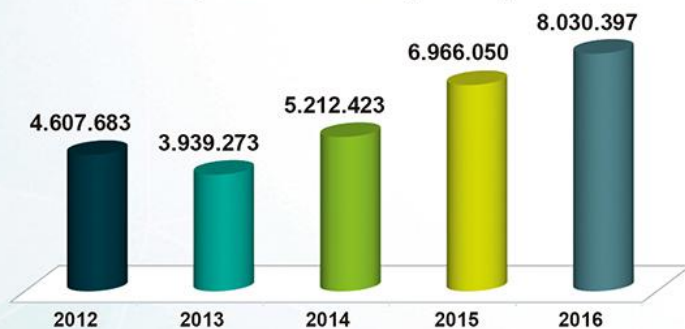
Capital Social (Em reais)



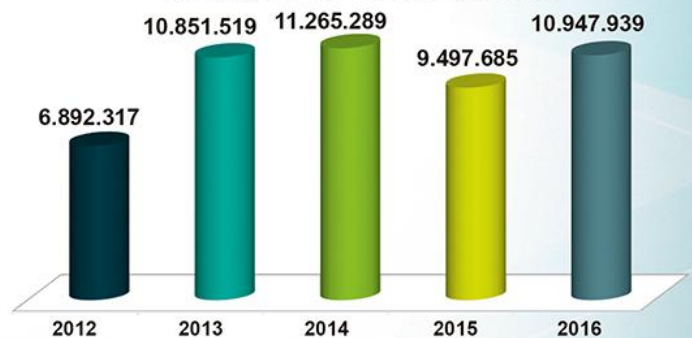
Depósitos à Vista (Em reais)



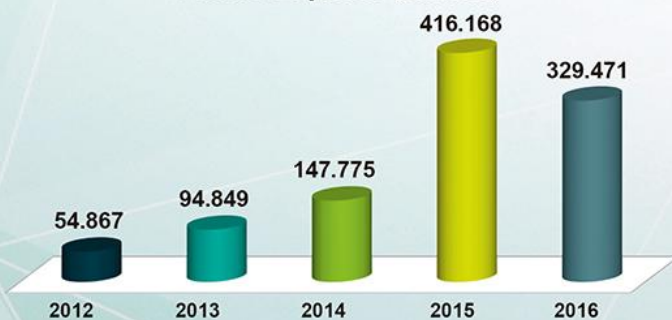
Depósitos a Prazo (Em reais)



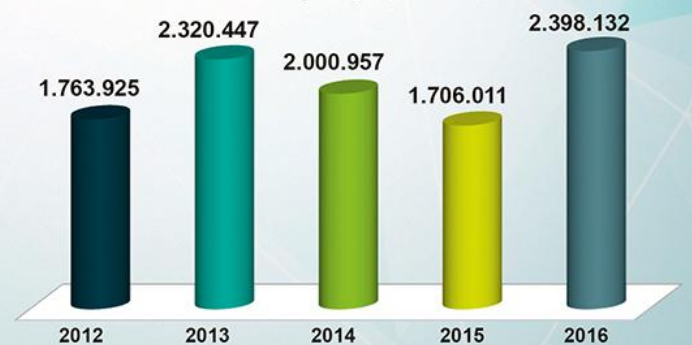
Operações de Crédito (Em reais)



Sobras Líquidas (Em reais)

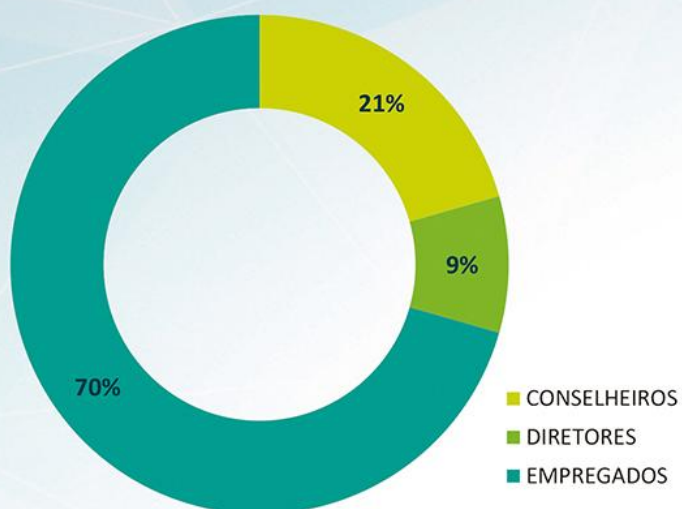


Poupança (Em reais)

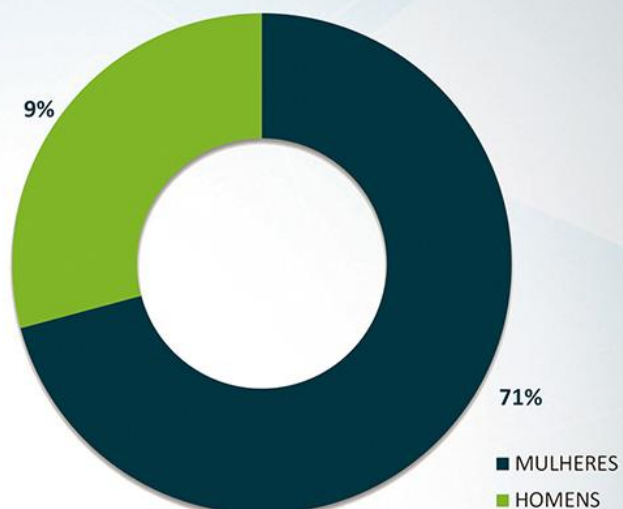


PERFIL DOS COLABORADORES

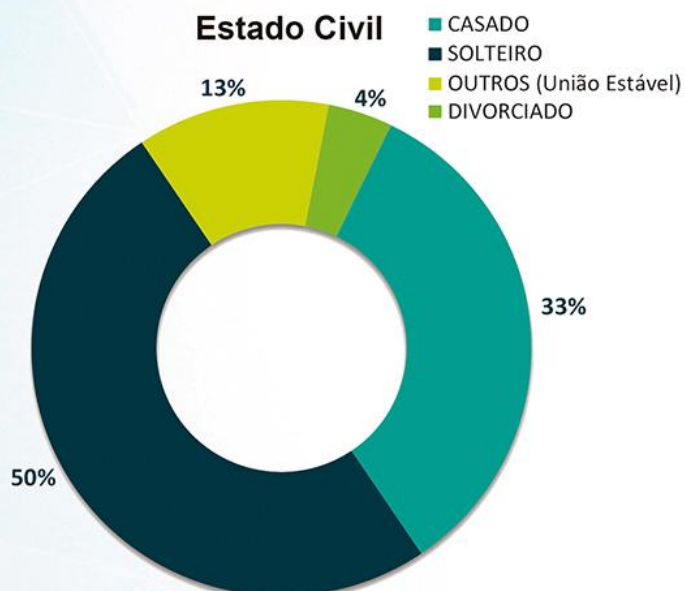
Quadro Funcional



Gênero



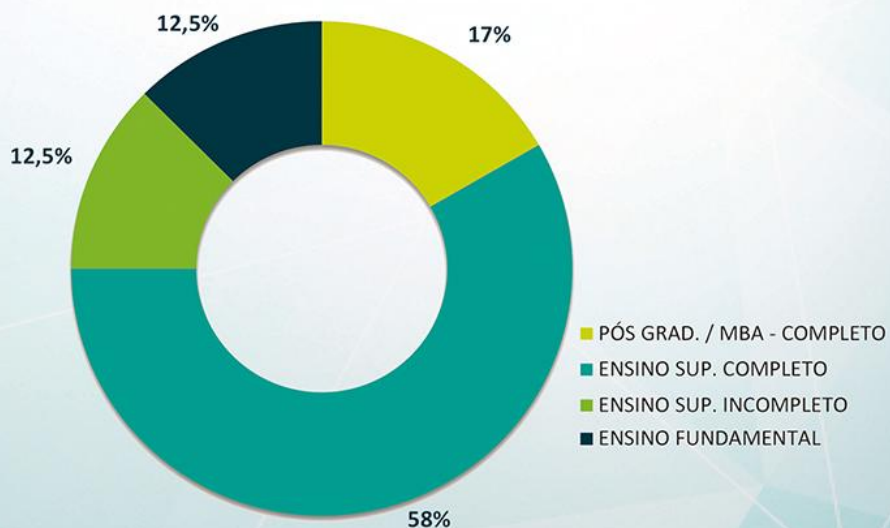
Estado Civil



Tempo de Registro



5 - Nível de Escolaridade





SICOOB CREDLÍDER
Cooperativa de Crédito

Planejar, aposentar e aproveitar. Para dar certo, é só acrescentar mais duas palavras: Sicoob Previ.

Quem faz uma previdência complementar hoje tem renda garantida na aposentadoria para continuar aproveitando a vida. O Sicoob Previ é exclusivo para quem faz parte do Sicoob e oferece as melhores condições comerciais para você desde agora, tais como:

- Taxas mais atrativas;
- Dedução no Imposto de Renda;
- Benefício de Risco.

Fale com seu gerente e saiba mais.

COBRANÇA SICOOB

Acesso online via
Sicoobnet Empresarial



SICOOB CREDLÍDER
Cooperativa de Crédito

**Sicoob Consórcios de Serviços.
Conquista mais
quem conquista junto.**



Conte com a gente para realizar os mais diversos sonhos.

Com a nova opção do Sicoob Consórcios, você pode contratar vários tipos de serviços como:

- Viajar pelo mundo;
- Fazer procedimentos cirúrgicos e estéticos;
- Cursar a faculdade ou uma especialização;
- Reformar a casa ou investir no projeto de decoração;
- Dar aquela festa e muito mais.

SICOOB CREDLÍDER
Cooperativa de Crédito



**Sipag.
A maquininha de
fazer bons negócios.
Já pediu a sua?**

- Sem taxa de adesão
- A menor mensalidade do mercado
- Antecipação de recebíveis
- Portal de Serviços Sipag

SICOOB CREDLÍDER
Cooperativa de Crédito

SICOOB CREDLÍDER
Cooperativa de Crédito

Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.s.as as demonstrações contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito Credlídier – SICOOB CREDLÍDIER, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2016 o SICOOB CREDLÍDIER completou 13 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB CREDLÍDIER obteve um resultado de R\$ 759.715 antes das destinações, representando um retorno anual de 7,32% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 3.164.069. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 11.598.732.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira rural	R\$ 3.831.997	33,04%
Carteira comercial	R\$ 7.766.735	66,96%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 53,58 % da carteira, no montante de R\$ 6.215.331.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 12.856.092, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 18,26%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 4.825.695	37,54%
Depósitos a prazo	R\$ 8.030.397	62,46%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 42,19% da captação, no montante de R\$ 5.424.517.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB CREDLÍDIER era de R\$ 10.385.276. O quadro de cooperados era composto por 1.388 cooperados, havendo um decréscimo de 4,93% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do “RATING” (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDLÍDIER adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89,77% nos níveis de “A” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções.

Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

Destacamos a adesão junto ao SICOOB SÃO PAULO, no ano de 2016, dos serviços centralizados de controles internos, contabilidade e processamento da folha de pagamento. A centralização dos serviços junto à cooperativa central visa proporcionar a ampliação dos negócios da cooperativa; padronizar processos e rotinas administrativas, otimizar custos, ganho de escala, com qualidade e confiabilidade das informações geradas.

Destacamos o recebimento do Ofício BACEN 16914/2016-BCB/Deorf/GTBHO, datado em 31/08/2016, que comunicou a dispensa de elaboração de projeto para ampliação das condições de admissão para a modalidade de livre admissão de associados, ficando a cooperativa, habilitada à realização do correspondente ato societário, com base no artigo 7º, § 1º, da Circular 3.771, de 4 de novembro de 2015, bem como, a aprovação pelo Banco Central do Brasil - BACEN, conforme Ofício 23880/2016-BCB/Deorf/GTBHO, datado em 22/12/2016, quanto à reforma estatutária, alteração das condições de associação para livre admissão de associados e mudança da denominação social para Cooperativa de Crédito Credlídier – Sicoob Credlídier, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de outubro de 2016.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 (três) anos na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDLÍDIER aderiram, em 2010, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a ouvidoria do SICOOB CREDLÍDIER registrou 03 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 03 reclamações, 02 foram consideradas procedentes e resolvidas e 01 foi considerada improcedente, todas resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos,

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Votuporanga /SP, 24 de janeiro de 2017.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (em reais)

Ativo	Notas	31-dez-16	31-dez-15	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31-dez-16	31-dez-15
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	348.774	418.803	Depósitos à vista e a prazo	11. a	12.856.092	10.870.646
Títulos e valores mobiliários	4. a	10.782.550	8.682.791	Obrigações por empréstimos e repasses	12. a	2.229.551	1.057.032
Relações interfinanceiras	4. b	3.164.069	2.515.265	Relações interdependências	-	40	164
Operações de crédito	5. a	8.269.073	6.024.437	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	-	2.221	1.459
Outros créditos	6	51.438	33.595	Obrigações sociais e estatutárias	13.1	576.993	496.584
Outros valores e bens	7	7.878	-	Obrigações fiscais e previdenciárias	13.2	67.562	56.221
				Obrigações diversas	13.3	4.139.834	294.221
Total do ativo circulante		22.623.782	17.674.891	Total do passivo circulante		19.872.293	12.776.327
Não circulante				Não circulante			
Realizável a Longo Prazo				Exigível a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	4. a	306.155	-	Obrigações por empréstimos e repasses	12. a	1.582.712	1.487.930
Operações de crédito	5. a	2.678.867	3.473.248	Provisões para contingências	-	-	36.784
Outros valores e bens	7	1.049.734	-				
Total do ativo não circulante		4.034.756	3.473.248	Total do passivo não circulante		1.582.712	1.524.714
Permanente				Patrimônio líquido			
Investimentos	8	845.559	833.491	Capital social	15. a	7.688.740	7.163.984
Imobilizações de uso	9	4.270.382	1.391.766	Reserva legal	15. b	2.367.065	1.584.818
Intangível	10	65.802	92.615	Sobras ou perdas acumuladas	15. d	329.471	416.168
Total do permanente		5.181.743	2.317.872	Total do patrimônio líquido		10.385.276	9.164.970
Total do ativo		31.840.281	23.466.011	Total do passivo e do patrimônio líquido		31.840.281	23.466.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

(em reais)

	Notas	2º Semestre de 2016	31-dez-16	31-dez-15
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	5. h	1.696.355	3.308.481	3.256.176
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	-	860.964	1.548.909	962.598
		2.557.319	4.857.390	4.218.774
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	-	(569.953)	(1.059.871)	(808.325)
Operações de empréstimos, Cessões e Repasses	12. b	(115.691)	(200.325)	(132.138)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(353.873)	(649.312)	(25.907)
		(1.039.517)	(1.909.508)	(966.370)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.517.802	2.947.882	3.252.404
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços	-	292.838	559.255	510.492
Dispêndios e despesas de pessoal	-	(719.282)	(1.432.273)	(1.221.355)
Outros dispêndios e despesas administrativas	-	(688.369)	(1.427.137)	(1.402.483)
Dispêndios e despesas tributárias	-	(7.446)	(23.871)	(17.990)
Ingressos de depósitos intercooperativos	-	150.332	326.993	276.639
Outros ingressos e rendas operacionais	18	232.759	442.199	255.413
Outros dispêndios e despesas operacionais	19	(2.884)	(53.220)	(72.636)
		(742.052)	(1.608.054)	(1.671.920)
Resultado operacional		775.750	1.339.828	1.580.484
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais	-	1.500	1.500	15.172
		1.500	1.500	15.172
Resultado antes da distribuição de juros ao capital tributação e das participações		777.250	1.341.328	1.595.656
Juros ao capital	17	(581.613)	(581.613)	(600.252)
Resultado antes das destinações estatutárias		195.637	759.715	995.404
F A T E S - Atos não cooperativos	15. d	-	(27.557)	(70.587)
F A T E S - Atos cooperativos	15. d	-	(36.608)	(46.241)
Reserva Legal	15. d	-	(366.079)	(462.408)
Sobras líquidas do exercício/semestre		195.637	329.471	416.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em reais)

	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2014		6.653.065	(43.360)	974.635	147.775	7.732.115
Destinação das sobras exercício anterior						
À Reserva Legal	-	-	-	147.775	(147.775)	-
Integralização/subscrição de capital	-	392.782	(5.305)	-	-	387.477
(-) Devolução de capital	-	(406.676)	-	-	-	(406.676)
Integralização de Juros ao Capital	-	600.252	-	-	(600.252)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	-	(26.774)	-	-	-	(26.774)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	1.595.656	1.595.656
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	-	(70.587)	(70.587)
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	-	(46.241)	(46.241)
Reserva Legal	-	-	-	462.408	(462.408)	-
Saldos em 31/12/2015		7.212.649	(48.665)	1.584.818	416.168	9.164.970
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
À Reserva Legal	15. b	-	-	416.168	(416.168)	-
Integralização/subscrição de capital	-	586.465	(7.500)	-	-	578.965
(-) Devolução de capital	-	(620.771)	-	-	-	(620.771)
Integralização de Juros ao Capital	17	581.613	-	-	(581.613)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	-	(15.051)	-	-	-	(15.051)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	1.341.328	1.341.328
F A T E S - Atos não cooperativos	15. d	-	-	-	(27.557)	(27.557)
F A T E S - Atos cooperativos	15. d	-	-	-	(36.608)	(36.608)
Reserva Legal	15. d	-	-	366.079	(366.079)	-
Saldos em 31/12/2016		7.744.905	(56.165)	2.367.065	329.471	10.385.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA

(em reais)

	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades operacionais			
Resultado antes das destinações estatutárias	195.637	759.715	995.404
Ajustes por:			
Provisão para operações de crédito	68.592	77.836	(633.754)
Depreciações e Amortizações	60.264	120.973	86.090
	324.493	958.524	447.740
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(589.270)	(3.517.623)	-
Aumento (redução) relações interfinanceiras	-	-	(311.814)
(Aumento) redução de operações de crédito	(1.156.877)	(1.528.091)	2.401.357
(Aumento) redução outros créditos	(15.799)	(17.844)	(7.059)
(Aumento) outros valores e bens	(1.057.612)	(1.057.612)	-
Aumento (redução) depósitos	(952.531)	1.985.446	1.580.674
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos e repasses	1.153.854	1.267.301	-
Aumento (redução) relações interdependências	(66)	(124)	(25)
Aumento (redução) obrigações sociais e estatutárias	87.014	80.409	-
Aumento (redução) obrigações fiscais e previdenciárias	17.631	11.341	-
Aumento (redução) outras obrigações	3.683.926	3.809.591	(257.761)
	1.170.270	1.032.794	3.405.372
Caixa gerado nas operações	1.494.763	1.991.318	3.853.112
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes de capital em investimento	(6.034)	(12.068)	(73.556)
Aquisições e baixas de Imobilizado e Intangível	(4.017.365)	(4.022.509)	(24.107)
Transferência de imóvel para BNDU	1.049.734	1.049.734	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.973.665)	(2.984.843)	(97.663)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	317.092	578.965	387.477
Devolução de capital à cooperados	(290.457)	(620.771)	(406.676)
Juros ao capital	581.613	581.613	600.250
IRRF sobre juros ao capital	(15.051)	(15.051)	-
FATES - Resultado de atos não cooperativos	(27.557)	(27.557)	(70.587)
FATES - Ato cooperativo	(36.608)	(36.608)	(46.241)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	529.032	460.591	464.223
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	(949.870)	(532.934)	4.219.672
No início do período (Nota 4)	12.033.795	11.616.859	7.397.187
No fim do período (Nota 4)	11.083.925	11.083.925	11.616.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

"NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015"

(em reais)

1. Contexto operacional

O SICOOB CREDLÍDER, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 22 de abril de 2002, filiada ao SICOOB SÃO PAULO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDLÍDER possui 03 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Votuporanga, Valentim Gentil e General Salgado. O SICOOB CREDLÍDER tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela administração no dia 24 de janeiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 27 - Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

São representados por quotas do SICOOB CENTRAL SP, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes

com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos e atos não operacionais. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	348.774	418.803
Títulos e valores mobiliários (a)	7.571.082	8.682.791
Relações interfinanceiras – centralização financeira (b)	3.164.069	2.515.265
Total	11.083.925	11.616.859

(a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa	7.571.082	8.682.791
Total	7.571.082	8.682.791

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB SÃO PAULO, com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

(b) Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas (*)	3.164.069	2.515.265
Total	3.164.069	2.515.265

(*) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SÃO PAULO, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, com remuneração de 95% do CDI.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidades	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	76.777	-	76.777	72.604
Empréstimos	4.316.853	1.277.626	5.594.479	5.188.559
Cheques e Títulos Descontados	2.095.479	-	2.095.479	2.305.045
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.249.393	1.582.604	3.831.997	2.504.433
(-) Provisões para Operações de Crédito	(469.429)	(181.363)	(650.792)	(572.956)
Total	8.269.073	2.678.867	10.947.940	9.497.685

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheq. Especial / Conta Garantida	Finan. Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA	-	Normal	95.517	-	-	95.517	-	332.848	-
A	0,5%	Normal	1.699.437	70.367	2.127.338	3.897.142	19.486	1.971.394	9.857
B	1%	Normal	2.318.365	391.126	1.490.480	4.199.971	42.000	3.949.487	39.495
B	1%	Vencidas	32.270	429	-	32.699	327	51.031	510
C	3%	Normal	1.653.902	364.539	214.179	2.232.620	66.979	2.752.252	82.568
C	3%	Vencidas	94.898	13.109	-	108.007	3.240	166.259	4.988
D	10%	Normal	60.985	90.093	-	151.078	15.108	159.155	15.916
D	10%	Vencidas	171.880	1.826	-	173.706	17.371	121.963	12.196
E	30%	Normal	8.673	16.500	-	25.173	7.552	32.686	9.806
E	30%	Vencidas	66.747	4.217	-	70.964	21.289	16.213	4.864
F	50%	Normal	45.535	18.000	-	63.535	31.768	110.299	55.149
F	50%	Vencidas	220.203	5.101	-	225.304	112.652	128.767	64.384
G	70%	Normal	19.422	1.766	-	21.188	14.832	11.201	7.840
G	70%	Vencidas	11.896	230	-	12.126	8.488	5.676	3.973
H	100%	Normal	45.861	46.716	-	92.577	92.577	70.930	70.930
H	100%	Vencidas	181.075	16.050	-	197.125	197.125	190.480	190.480
Total Normal			5.947.697	999.107	3.831.997	10.778.801	290.300	9.390.251	291.561
Total Vencidas			778.969	40.962	-	819.931	360.492	680.390	281.395
Total Geral			6.726.666	1.040.069	3.831.997	11.598.732	650.792	10.070.641	572.956
Provisões			(512.108)	(106.718)	(31.966)	(650.792)		(572.956)	
Total Líquido			6.214.558	933.351	3.800.031	10.947.940	650.792	9.497.685	572.956

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos	2.190.905	1.162.654	1.277.627	4.631.186
Cheques e Títulos Descontados	1.969.354	126.126	-	2.095.480
Financiamentos Rurais	271.359	1.978.034	1.582.604	3.831.997
Total	4.431.618	3.266.814	2.860.231	10.558.663

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Títulos Descontados	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	110.091	1.602.648	364.585	-	2.077.324	18%
Setor Privado - Serviços	283.127	965.008	768.926	-	2.017.061	17%
Pessoa Física	630.851	1.950.664	856.847	3.831.997	7.270.359	63%
Outros	16.000	112.866	105.122	-	233.988	2%
Total	1.040.069	4.631.186	2.095.480	3.831.997	11.598.732	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(572.956)	(1.206.710)
Constituições / Reversões	(502.199)	(15.216)
Transferência para prejuízo no período	424.363	648.970
Total	(650.792)	(572.956)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	1.040.953	9%	801.917,00	8%
10 Maiores Devedores	4.276.423	37%	3.380.521,00	34%
50 Maiores Devedores	8.712.890	75%	7.015.806,00	70%

Obs.: Desconsiderados os grupos econômicos.

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.505.894	1.198.462
Valor das operações transferidas no período	720.439	509.584
Valor das operações recuperadas no período	(276.843)	(202.152)
Total	1.949.490	1.505.894

h) Receitas de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento a depositantes	69.658	53.447
Empréstimos e títulos descontados	2.746.134	2.879.879
Financiamentos rurais e agroindustriais	215.846	147.280
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	276.843	175.570
Total	3.308.481	3.256.176

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Fianças Honrados	64.639	-
Rendas a Receber	7.230	1.063
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.713	6.575
Impostos e Contribuições a Compensar	19.838	16.838
Títulos e Créditos a Receber	4.394	1.599
Diversos	2.591	7.520
(-) Provisão para Outros Créditos	(51.967)	-
Total	51.438	33.595

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.049.734	-
Despesas Antecipadas (b)	7.878	-
Total	1.057.612	-

a) Em Bens Não de Uso Próprio estão registrados a compra de terreno para uso da cooperativa, reclassificados para este grupo, após esgotado o prazo de 3 anos para início da construção pela administração.

b) Refere-se a prêmios de seguros.

8. Investimentos

O saldo é representado por quotas de capital no SICOOB SÃO PAULO - Cooperativa Central.

Movimentação dos investimentos:

Descrição	Sicoob São Paulo
Saldos em 31/12/2014	759.936
Investimentos	73.555
Saldos em 31/12/2015	833.491
Investimentos	12.068
Saldos em 31/12/2016	845.559

9. Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme demonstrado:

Descrição	Taxa	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos	0%	-	1.049.734
Edificações	4%	4.000.000	-
Instalações	10%	80.610	-
Móveis e equipamentos de Uso	10%	255.695	370.438
Sistema de Comunicação	10%	12.347	-
Sistema de Processamento de Dados	20%	212.180	174.089
Sistema de Segurança	10%	104.623	96.505
Sistema de Transporte	20%	28.000	28.000
(-) Total Depreciação Acumulada	-	(423.073)	(326.999)
Total		4.270.382	1.391.766

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	111.591	132.072
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(45.789)	(39.457)
Total	65.802	92.615

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em 03/08/2009, da Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

a) Composição das operações segregadas por tipo de depósitos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	4.825.695	3.904.594
Depósito a Prazo	8.030.397	6.966.052
Total	12.856.092	10.870.646

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

b) Concentração dos principais aplicadores

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	635.799	5%	772.637	7%
10 Maiores Depositantes	3.509.242	28%	3.734.343	34%
50 Maiores Depositantes	8.579.167	67%	8.135.988	75%

(c) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos a Prazo	1.039.853	800.816
Total	1.039.853	800.816

12. Relações interfinanceiras

(a) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa %	31/12/2016		31/12/2015
		Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Bancoob	De 4,5% a 8,75%	2.361.210	1.676.174	2.651.833
(-) Despesas a Apropriar - Bancoob		(131.659)	(93.462)	(106.871)
Total		2.229.551	1.582.712	2.544.962

(b) Resultado das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses:

Instituições	31/12/2016	31/12/2015
Bancoob	200.325	132.138
Total	200.325	132.138

13. Outras obrigações

13.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de Atos com Associados (a)	58.170	85.332
Resultado de Atos com Não Associados (a)	290.497	262.940
Cotas de Capital a Pagar (b)	228.326	148.312
Total	576.993	496.584

(a) O Fates é destinado às atividades educacionais e à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado líquido dos atos não cooperativos e por 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	67.562	56.221
Total	67.562	56.221

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cheques Administrativos (a)	1.420.000	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (b)	2.450.000	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	30.410	25.076
Provisão para Pagamentos a Efetuar	104.600	93.797
Garantias prestadas (c)	112.968	146.530
Credores Diversos - País	21.856	65.602
Total	4.139.834	331.005

(a) Basicamente refere-se a cheques emitidos pela cooperativa a pedido dos associados, os quais não foram compensados até 31/12/2015.

(b) Refere-se a aquisição de imóvel comercial situado na Rua São Paulo n.º 3069, na cidade de Votuporanga/SP, cujo valor da aquisição foi de R\$ 4.000.000, parcelado em 4 vezes. A aprovação da compra foi deliberada na AGE realizada em 21/11/2016.

(c) Referem-se a coobrigações assumidas pela cooperativa nas transações com cartão de crédito dos associados, sendo o valor da provisão calculado com base na classificação de risco de cada associado, sobre o saldo devedor.

14. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDLÍDER opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos exercícios de 2016 e de 2015, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	7.688.740	7.163.984
Associados	1.388	1.460

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, as normas do Banco Central do Brasil e a posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). As perdas são rateadas conforme o Estatuto Social e definição da AGO.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/4/2016, os cooperados deliberaram pelo aumento da reserva legal no valor de R\$ 416.168 com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Sobra líquida do exercício	759.715	995.404
(-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao Fates	(27.557)	(70.587)
(=) Sobra líquida, base de cálculo das destinações	732.158	924.817
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 50%	(366.079)	(462.408)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(36.608)	(46.241)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	329.471	416.168

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de prestação de serviços	132.669	55.416
Despesas específicas de atos não cooperativos	(28.870)	-
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(58.466)	-
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	1.500	15.171
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	46.833	70.587
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(19.276)	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	27.557	70.587

(a) Valor refere-se aos valores recolhidos no exercício de 2016. Haja vista o registro da despesa com juros ao capital, a cooperativa passou a ter um crédito tributário, conforme disposto no Decreto Federal n.º 3.000/1999, art. 348, inciso II).

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada a 60% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

18. Outros ingressos e rendas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de encargos e despesas	38.891	-
Outras Receitas Operacionais	403.308	255.413
Total	442.199	255.413

19. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outras Despesas Operacionais	(53.220)	(72.636)
Total	(53.220)	(72.636)

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

(a) Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2016

Saldo das operações ativas	% em relação à carteira total
1.825.247	16%
Saldo das operações passivas	% em relação à carteira total
876.915	5%

(b) Detalhamento das operações ativas

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	70.000	(318)	12%
Conta Garantida	100.000	-	27%
Crédito Rural	409.249	(3.726)	11%
Empréstimo	1.186.546	(10.727)	26%
Títulos Descontados	59.452	(1.004)	3%
Total	1.825.247	(15.775)	16%

(c) Detalhamento das operações passivas

Aplicações Financeiras - Depósitos a prazo	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
414.108	5%	90,56% DO CDI

(d) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	3,0% à 6,5%	2,0 à 8,5%
Conta Garantida	3,0% à 5,5%	2,0% à 7,5%
Desconto de Cheques	2,2% à 3,1%	1,5% à 4,5%
Empréstimos	1,5% à 3,0%	1,5% à 5,5%
Crédito Rural - RPL	Não Possui	Não Possui
Crédito Rural - Repasses	9,50%	9,50% - Taxa do Bancoob
Aplicação Financeira - Depósitos a prazo	85% à 100% do CDI	85% à 100% do CDI
Depósitos a vista	-	-

(e) Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COM PREJUÍZO DE PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2016	
Cobrança Administrativa	Não Possui
Cobrança Judicial	Não Possui
Não cobrados	Não Possui

(f) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Pessoa Física	Não Possui
Pessoa Jurídica	Não Possui

(g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes

AS COOBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Pessoa Física	Não Possui
Pessoa Jurídica	Não Possui

(h) No exercício de 2016 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença e aos correspondentes encargos trabalhistas, apresentando-se da seguinte forma:

**BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO
EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)**

Honorários	189.815
Cédulas de Presença	6.935
Encargos Sociais	37.574

21. Cooperativa Central

O SICOOB SÃO PAULO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e pelas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, bem como a facilitação da utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB SÃO PAULO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e a aplicação dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras medidas.

O SICOOB CREDLÍDER responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB SÃO PAULO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB SÃO PAULO:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante - Títulos e valores mobiliários	11.088.705	8.682.791
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira	3.164.069	2.515.265
Ativo Permanente - Investimentos	845.559	833.491
Total	15.098.333	12.031.547

As demonstrações contábeis do SICOOB SÃO PAULO, referentes ao semestre e exercício findo em 31/12/2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 13/02/2017, com opinião sem modificação.

22. Gerenciamento de Risco e de Capital

22.1 - Risco operacional

- As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 - Risco de mercado e de liquidez

- O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

22.3 - Risco de crédito

- O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 - Gerenciamento de capital

- A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.351.659, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais (2015 - R\$ 1.143.025).

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2016.

26. Contingências Passivas

A cooperativa não possui processos judiciais em que figura como polo passivo com probabilidade de perda possível.

Osvaldo Pereira Caproni
Diretor Presidente

Jesus Bacani
Diretor Operacional

Encarnação Manzano
Diretora Administrativa

Michele Aparecida Tavares Pinto
Contadora - CRC 1SP 260623/O-9

Votuporanga/SP, 24 de janeiro de 2017.

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito CredlÍder - SICOOB CREDLÍDER
Votuporanga - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito CredlÍder - SICOOB CREDLÍDER, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito CredlÍder - SICOOB CREDLÍDER em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo/SP, 31 de março de 2017.

Edimilson Artilha Vieira
Contador – CRC – SP 280575/O
CNAI 4.726

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Credlíder – Sicoob Credlíder com sede à Rua São Paulo, nº 3069, Bairro Patrimônio Novo inscrita no CNPJ 05.463.934/0001-83, no desempenho de suas funções definidas na legislação, no Estatuto Social e Regimento Interno vigente, procederam ao exame e análises do Balanço Patrimonial, Demonstração das Sobras, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2016, bem como, as respectivas notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes emitido em 31 de março de 2017.

O Conselho Fiscal opina no sentido de ordem legal, favoravelmente pela aprovação das referidas demonstrações contábeis em 31 dezembro de 2016, de modo a estarem em condições de serem submetidas para aprovação dos associados, em Assembleia Geral Ordinária.

Votuporanga, 07 de abril de 2017.

Idineu Possoni Júnior
Conselheiro e Coordenador

Antonio Carlos de Moraes
Conselheiro e Secretário

Ivo Ferreira de Lima
Conselheiro



Sicoobcard. A melhor forma de pagar suas compras. Peça e use o seu!

Sicoobcard.
Diferente, igual a você.

SICOOB CREDLÍDER
Cooperativa de Crédito



**Nosso porquinho
voltou para mostrar
o lugar de poupar:
na Poupança Sicoob.**

SICOOB CREDLÍDER
Cooperativa de Crédito



**SICOOB SEGUROS
TEMOS UMA LINHA COMPLETA
PARA VOCÊ QUE MERECE
O MELHOR SEGURO E A MAIOR
PROTEÇÃO.**



SICOOB CREDLÍDER
Cooperativa de Crédito

CRÉDITO CONSIGNADO SICOOB INSS

A oportunidade que você queria
para viver o melhor da vida.



* Operação sujeita a análise e aprovação de crédito.

Ouvidoria: 0800 725 0996 | Atendimento seg. a sex.: 8h às 20h
www.ouvidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458

SICOOB CREDLÍDER
Cooperativa de Crédito

ANOTAÇÕES

[illegible]



Sede e PA 00 – Votuporanga/SP
Rua: São Paulo, 3069 – Patrimônio Novo
Fone (17) 3426-5510

PA 02 – Valentim Gentil/SP
Rua: Benedita Terra Pimentel, 537 – Centro
Fone (17) 3485-9040

PA 03 – General Salgado/SP
Rua: Dr. Bruno Martins, 963 – Centro
Fone (17) 3461-3530

email: credlider@credlider.coop.br
www.credlider.coop.br